

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Um dilúvio às vésperas das eleições gaúchas

Na quarta semana de dilúvio no Rio Grande do Sul, que deixou 461 dos 497 municípios gaúchos debaixo d'água, um mar de lama e montanhas de entulhos tomam conta das cidades gaúchas onde as águas já baixaram. Não se sabe ainda quanto será o custo total nem o tempo necessário para reconstrução do estado. Enquanto as águas do Guaíba, acima da cota de inundação, descem muito lentamente, a Lagoa dos Patos ainda sobe e ameaça cidades vizinhas, entre as quais, Pelotas.

A imagem faz todo sentido. O Dilúvio é o nome do evento bíblico (Gênesis 7 e 8), que começou no ano de 2516 a.C. e continuou por 12 meses lunares e 10 dias, ou exatamente um ano solar. Segundo a Bíblia, foi um castigo divino provocado pela corrupção e pela violência, na nona geração de Adão. Deus, então, decidiu purificar a Terra. Havia apenas uma família fiel a Deus, a de Noé, "um homem justo e íntegro".

Ao comando divino, Noé fez uma arca de 133 metros de comprimento, 23 de largura e 14 de altura. Deus ordenaria a Noé que entrasse na arca, levando com ele sua esposa e três filhos, com suas respectivas esposas, e os animais que pudessem. A chuva começa no 17º dia do segundo mês; quando para, as águas predominam, 15 metros acima, por meses. A arca só repousa em uma das montanhas de Ararate, 150 dias depois do início do Dilúvio. O solo só fica seco no primeiro dia do novo ano (Gênesis 8:13).

Segundo a narrativa bíblica, o Dilúvio foi universal e eliminou todos os homens, exceto Noé e sua família, que foram preservados na arca; ou seja, seríamos seus descendentes. Toda religião busca uma explicação para os fenômenos que fogem à constatação empírica. Desde os tempos mais primitivos, os seres humanos têm necessidade de explicar fenômenos naturais como chuva, vento, eclipses etc. Buscam respostas metafísicas, ou seja, além daquilo que se consegue ver e tocar.

O drama do Rio Grande do Sul tem dimensões bíblicas, porém as explicações são científicas. A subjetividade não está nos fenômenos climáticos, que já estavam sendo previstos, mas na política e no comportamento em relação à natureza. As chuvas agora se estendem a Santa Catarina, com oito municípios, onde a tragédia se repete, em estado de emergência: Passo de Torres, Sombrio, São João do Sul, Balneário Gaivota, Jacinto Machado, Maracajá, Araranguá, Rio do Sul.

Nunca o Sul do país viveu tamanha tragédia. Mais chuvas estão previstas. A economia gaúcha entrou em colapso, com lavouras destruídas e indústrias paralisadas, com perda de grande parte dos equipamentos; o comércio foi igualmente arrasado, com a destruição de grande estoque de mercadorias. Em muitos lugares, é impossível reconstruir moradias e/ou imprudente voltar às que restaram.

Foco na reconstrução

Nunca se viu tamanha destruição simultânea, embora tragédias provocadas por deslizamentos e enchentes, além de incúria e intervenções humanas desastrosas, sejam frequentes. Em todas as regiões, eventos climáticos e ocupação inadequada de várzeas e encostas registram ocorrências que devem servir de alerta para os governantes e a sociedade. Com o aquecimento global, todo o clima mudou, os oceanos subiram, as chuvas e as secas serão mais severas.

No caso do Rio Grande do Sul, há evidência de que os gaúchos não têm os recursos materiais, econômicos e físicos para enfrentar o problema, embora lhes sobrem energia e vontade política. O governador Eduardo Leite (PSDB) propõe adiar as eleições municipais para não perder o foco na reconstrução. Não é uma ideia sem sentido, embora favoreça prefeitos que não seriam reeleitos e prejudiquem os candidatos mais competitivos. O debate eleitoral passa necessariamente pela reconstrução do estado. Cabe à Justiça Eleitoral decidir o que fazer diante da realidade.

Quando as águas baixarem, uma eternidade bíblica para 540 mil desabrigados, será a vez de União, estado e municípios, que se desdobraram no socorro aos flagelados e abastecimento da população (água, comida e roupas secas), se organizarem para um planejamento racional, que leve em conta a experiência vivida por todos, as limitações dos recursos disponíveis e a necessidade de repensar o modo de reconstruir as cidades.

Cerca de 28% do investimento produtivo anual do Rio Grande do Sul (construção residencial, máquinas e equipamentos e infraestrutura), estimado em R\$ 28,6 bilhões, foram perdidos. Quase metade (48%) das escolas estaduais foram destruídas ou estavam inundadas. Muitos hospitais e postos de saúde foram inutilizados. Mais de 90 trechos em 51 rodovias estaduais foram bloqueados. O principal aeroporto do país, o Salgado Filho, em Porto Alegre, dificilmente entrará em operação novamente antes de setembro.

Estima-se que a arrecadação do governo gaúcho cairá R\$ 14 bilhões. Não há dinheiro suficiente para voltar à vida normal a curto prazo, mesmo com toda a ajuda da União. Os gaúchos passam por uma tragédia de proporções diluvianas.

TRAGÉDIA NO SUL

TSE não pretende adiar data de eleições

Debate sobre remarcação do pleito no RS é defendido pelo governador do estado, Eduardo Leite, e pela presidente do TRE gaúcho, desembargadora Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak

» EVANDRO ÉBOLI

A possibilidade de adiamento das eleições municipais no Rio Grande do Sul não está no horizonte do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A Corte acredita haver tempo de o estado se recuperar o mínimo para que não necessite mudar a data do pleito.

Ministros do TSE avaliam que os pouco mais de quatro meses até 6 de outubro, data do primeiro turno, são suficientes para que a Justiça Eleitoral se reestruture nos mais de 460 municípios gaúchos atingidos pela catástrofe, do total de 497 onde há eleições.

A Corte, inclusive, garantiu que urnas eletrônicas não serão problema para a realização das eleições. Uma das ofertas feitas pelo tribunal foi a cessão de máquinas do Distrito Federal, unidade federativa onde não ocorre pleito para prefeitos e vereadores.

Na sexta-feira, a presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do estado, desembargadora Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, não descartou adiar as eleições. Em entrevista ao *Correio*, ela apresentou entre seus argumentos as condições das instalações dos cartórios eleitorais no interior e os danos às urnas eletrônicas, cuja extensão ainda é desconhecida. Afirmou ser preciso considerar, também, as condições psicológicas de mesários e servidores e o "estado emocional" dos gaúchos.

"É preciso saber se teremos clima para fazer as eleições em outubro", disse, sempre destacando que a decisão de alterar essas datas depende de uma emenda constitucional a ser aprovada pelo Congresso Nacional (**leia Saiba mais**).

Depois da desembargadora, foi a vez de o governador Eduardo Leite (PSDB) defender a discussão sobre o adiamento. O gestor afirmou que esse debate é "pertinente" e seu entendimento é de que a troca de comando das prefeituras pode afetar a reconstrução das cidades.

"Junho já é um momento pré-eleitoral e, em julho, se estabelecem as convenções. (O adiamento) É um debate pertinente. O estado estará em reconstrução,

TRE-RS/Flickr



Eduardo Leite e a desembargadora Vanderlei Teresinha Kubiak não veem condições para realizar pleito

Saiba mais

Prerrogativa do Congresso

Como a mudança da data de uma eleição requer a aprovação de uma emenda à Constituição, o debate precisa, necessariamente,

tramitar pelo Congresso Nacional. Em 2020, por causa da pandemia de covid-19, a Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram a alteração do calendário eleitoral, adiando a eleição municipal que seria realizada em outubro daquele ano para o mês de novembro.

Como a mudança da data de uma eleição requer a aprovação de uma emenda à Constituição, o debate precisa, necessariamente, tramitar pelo Congresso Nacional. Em 2020, por causa da pandemia de covid-19, a Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram a alteração do calendário eleitoral, adiando a eleição municipal que seria realizada em outubro daquele ano para o mês de novembro.

Como a mudança da data de uma eleição requer a aprovação de uma emenda à Constituição, o debate precisa, necessariamente, tramitar pelo Congresso Nacional. Em 2020, por causa da pandemia de covid-19, a Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram a alteração do calendário eleitoral, adiando a eleição municipal que seria realizada em outubro daquele ano para o mês de novembro.

Mais de 10 mil pacientes recebendo remédios gratuitos em casa todo mês.

Foi este GDF que fez. E está fazendo muito mais.



Vanda Cristina Recebe remédios em casa



O GOVERNADOR EDUARDO LEITE PROPÕE ADIAR AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS PARA NÃO PERDER O FOCO NA RECONSTRUÇÃO DO ESTADO. NÃO É UMA IDEIA SEM SENTIDO

catástrofe têm uma posição formada sobre adiar ou não as eleições. Caso do prefeito de São Sebastião do Caí, Julio Campani, do PSDB, que pode disputar a reeleição, mas afirmou que "provavelmente não" concorrerá. A cidade dele, de 25 mil habitantes, foi também fortemente atingida. Campani disse não ter ainda uma ideia definida a respeito do tema. Segundo ele, no momento, a prioridade é recuperar o município e garantir que as pessoas retornem às suas casas.

"Quero te confessar que sou um homem de tomar posições. Nunca fico em cima do muro. Mas esse é um assunto (adiar as eleições) que nem me passou pela cabeça, diante de tanta dificuldade e problemas que estamos enfrentando, como de resto, os mais 460 municípios atingidos", explicou. "Nosso propósito é tentar reconstruir a cidade no menor tempo possível. Ouvi, hoje, que o governador acha que esse assunto tem que ser debatido. De fato, os políticos aos quais esse assunto diz respeito, no caso o Congresso Nacional, é que precisamos deliberar, fazer a análise. Estamos mais preocupados com o que vai acontecer amanhã, como tocar o dia a dia, como buscar casa para quem as perdeu. É o que tem nos movido", enfatizou.

adiamento das eleições precisa ser avaliada com muito critério e de forma coletiva pelas instâncias devedas quando o auge desta catástrofe passar e tivermos a dimensão real do impacto nos diversos aspectos da sociedade", acrescentou.

O prefeito de Guaíba, Marcelo Maranhão, do PDT, um aliado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não acha ruim o adiamento das eleições. A cidade, de 93 mil habitantes, foi uma das mais atingidas pelas chuvas. Ele vai disputar a reeleição. "Ainda não tenho posição dos prefeitos, mas penso que seria bom (adiar)", ressaltou Maranhão, ao *Correio*.

adiamento das eleições precisa ser avaliada com muito critério e de forma coletiva pelas instâncias devedas quando o auge desta catástrofe passar e tivermos a dimensão real do impacto nos diversos aspectos da sociedade", acrescentou.

adiamento das eleições precisa ser avaliada com muito critério e de forma coletiva pelas instâncias devedas quando o auge desta catástrofe passar e tivermos a dimensão real do impacto nos diversos aspectos da sociedade", acrescentou.

Messias: fake news têm objetivo político

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Segundo o AGU, há também interesses eleitorais e financeiros

Interamericana de Direitos Humanos, no Supremo Tribunal Federal (STF), ontem (**leia reportagem na página 4**).

De acordo com o ministro, as informações falsas têm gerado problemas para a população gaúcha, que começa a não mais acreditar no Estado e nas fontes que querem ajudar.

O poder público enfrenta dificuldades para alcançar essas pessoas, "principalmente no salvamento, na assistência sanitária, na assistência nutricional e na assistência psicológica à própria população do Rio Grande do Sul", declarou.

Para o AGU, a desinformação tem o propósito claro de

manipulação política, principalmente por estarmos em ano eleitoral. Ele lembrou que situação

similar ocorreu durante a pandemia da covid-19 e nas últimas eleições presidenciais.